

CONTRATO Nº 141 /2019

**TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2019**

**Processo Nº. 004134/2019 de 10 de setembro de 2019**

**Origem: Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos**

**O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65, cidade de Itarana/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **ADEMAR SCHNEIDER**, brasileiro, casado, residente na Faz. Alto Santa Joana, s/n - Santa Joana - 29620-000 - ITARANA/ES, portador do CPF nº. 881.042.907-97 e CI nº. 757.196-ES, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **CIDADE ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº. 36.221.828/0001-17, com sede estabelecida à Rua Holdercin, 451 - 2 A área administrativa e 2 A Telheiro, Civit II, Serra/ES CEP: 29.168-066, neste ato representada pelo senhor **JOÃO BAPTISTA FRANÇA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Avenida Saturnino de Brito, 595, apto 301, Praia do Canto, Vitória/ES, CEP: 29.055-215, inscrito no CPF sob o nº. 798.408.417-34 e Carteira Nacional de Habilitação sob o nº. 01845847170-DETRAN/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato conforme Processo e Tomada de Preços supra referidas, tudo de acordo com a Lei 8.666/1993 e suas alterações, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a execução das obras de infraestrutura de pavimentação no centro de Itarana, compreendendo a remoção de pavimento poliédrico e posterior pavimentação em blocos de concreto tipo uni-sten, nas Ruas José Colnago, Dom Luiz Scortegagna e Antônio Ferreira de Jesus, conforme projetos, planilhas, memorias e Convênio Nº. 096/2018, Processo Administrativo nº. 83392645 e Processo SIGA nº 0122/2018, firmado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB e o Município de Itarana/ES.

1.2 - O Presente contrato obedece às normas estipuladas no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços em epígrafe.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**2.1 - O valor estimado para execução da obra objeto do presente Contrato é de R\$ 931.289,79** (novecentos trinta um mil, duzentos oitenta nove reais e setenta e nove centavos).

2.1.1 - **Dos preços unitários:** Pagará pelos serviços contratados e efetivamente executados, os preços constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela CONTRATADA e que independentemente de transcrição passa a fazer parte integrante do presente Contrato.

**2.2 - A vigência do Contrato será de 365 (trezentos sessenta cinco) dias;**

**2.2.1 - O início de vigência será contado do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Espírito Santo - DIO/ES - <http://dio.es.gov.br/>**

**2.2.2 - A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666 de 1993 e suas alterações, bem como das exigências legais e regulamentares expostas no**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

Convênio Nº. 096/2018, Processo Administrativo nº. 83392645 e Processo SIGA nº 0122/2018, firmado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB e o Município de Itarana/ES

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 - Os recursos financeiros para pagamento das despesas resultantes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- a) 080001.1545100043.018** – Pavimentação e Drenagem de Ruas e Vias Públicas / 44905100000 – Obras e Instalações / Ficha: 00244 / Fonte de Recurso: 15200018000;
- b) 080001.1545100043.018** – Pavimentação e Drenagem de Ruas e Vias Públicas / 44905100000 – Obras e Instalações / Ficha: 00244 / Fonte de Recurso: 20010000000;
- c) 15.451.0238.3532** - UG 360101, Gestão 0001, Fonte: 0101, ED: 4.4.40.42.00 - Convênio Nº. 096/2018, Processo Administrativo nº. 83392645 e Processo SIGA nº 0122/2018, firmado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E SUSTAÇÃO**

4.1 - O **CONTRATANTE** realizará o pagamento mediante depósito bancário à **CONTRATADA** por meio de medições periódicas e termo de inspeção fornecido pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme Cronograma-Físico Financeiro, após o objeto efetivamente fornecido e aceito, acompanhada da respectiva Nota Fiscal/fatura, devidamente aceita e atestada pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços, observando o disposto no art. 5º da lei nº. 8.666/93.

**4.1.1 – Os pagamentos ficam condicionados à liberação dos recursos financeiros transferidos pelo Convênio Nº. 096/2018, Processo Administrativo nº. 83392645 e Processo SIGA nº 0122/2018, firmado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB e o Município de Itarana/ES.**

4.2- A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na lei 4.320/64.

4.3 - O Setor Financeiro exigirá para a liberação da fatura a apresentação do original ou cópia dos seguintes documentos, que serão anexados aos respectivos processos de pagamento:

**a) Primeira fatura**

- a.1 - Anotação de Responsabilidade Técnica da obra - ART;
- a.2 - Matrícula da obra junto ao INSS (CEI);

**b) Todas as faturas:**

- b.1 - Prova de recolhimento junto ao FGTS referente ao mês de execução dos serviços;
- b.2 - Prova de recolhimento junto ao INSS (vinculado ao CEI da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- b.3 - Folha de pagamento (vinculado ao CEI da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- b.4 - Nota fiscal dos serviços executados, discriminando os encargos de acordo com a legislação específica, constando ainda o objeto conforme descrito no Termo do Contrato, número do Contrato e a Modalidade de Licitação;

18-04-1964

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

b.5 - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar juntamente com a nota fiscal declaração comprovando que a alíquota utilizada para o desconto está de acordo com o faturamento ou o extrato do faturamento com a respectiva alíquota;

b.6 - Declaração de regularidade dos documentos contábeis da empresa assinada pelo contador;

b.7 - Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal da Sede da licitante e do Município de Itarana/ES, FGTS, CNDT, regularidade para com para com Receita Federal por meio de Certidão Unificada, Estadual e Falência e Concordata.

**c) Última fatura:**

c.1 - Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal da Sede da licitante e do Município de Itarana/ES, FGTS (vinculada ao CEI), CNDT, regularidade para com para com Receita Federal por meio de Certidão Unificada, Estadual e Falência e Concordata.

c.2 - Termo de Recebimento Definitivo da obra;

4.4 - O pagamento poderá ser susgado pelo Município nos seguintes casos:

a - Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar a **CONTRATANTE**;

b - Inadimplência de obrigações da contratada para com o Município, por conta do estabelecido no contrato;

c - Não entrega do objeto nas condições estabelecidas no contrato;

d - Erros ou vícios na Nota Fiscal/Fatura.

4.5 - O pagamento não será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que for imposta à **CONTRATANTE**, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção.

4.6 - Obriga-se à **CONTRATADA**, nos termos do Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, manter-se durante a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

4.7 - Fica condicionado o pagamento da última parcela à entrega de toda documentação de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.8 - O pagamento poderá ser susgado nos seguintes casos:

a - não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o Contratante;

b - inadimplência de obrigações da Contratada para com o Município de Itarana, por conta do estabelecido no Contrato;

c - não entrega do objeto Contratado nas condições estabelecidas;

d - erros ou vícios na Nota Fiscal/Fatura.

**CLAUSULA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

5.1 - O Município de Itarana se reserva o direito de aumentar ou diminuir o objeto do presente Contrato até o limite de 25% (vinte cinco por cento), de acordo com o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, respeitando sempre os limites estipulados para a Modalidade de Licitação.

5.2 - Na hipótese de inclusão de "itens novos" que não estavam previstos em contrato, deverá ser utilizado o referencial de preços vigente à data da apresentação da proposta com a seguinte metodologia para determinação dos preços unitários:

a) BDI será corrigido para o percentual apresentado pela contratada na proposta da licitação e ainda aplicado o índice de desconto utilizado pela mesma à época da licitação.

- b)** Quando os itens novos não existirem na tabela referencial tomada por base na licitação, adotar-se-á aquela que apresentar preços mais vantajosos à Administração Municipal, quando deverá ser adotada como parâmetro a vigente à data da apresentação da proposta;
- c)** Inexistindo os itens novos em tabela referencial, dever-se-ão os valores serem apurados mediante ampla pesquisa de mercado, a fim de aferir os preços mais vantajosos à Administração.

e5.3 - Na necessidade de interrupção da execução da obra, a eventual mobilização e posterior desmobilização da contratada não implicará em qualquer acréscimo do valor contratual.

5.4 - A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no item 5.1.

### CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO

6.1 - Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços na Tomada de Preços n.º 012/2019 ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se uma das seguintes fórmulas:

#### 6.1.1. Fórmula de cálculo "a":

$$R = \frac{(I - I_o)}{I_o} \cdot P$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I<sub>o</sub> = índice relativo ao mês da data do orçamento ou da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I<sub>o</sub> = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

#### 6.1.2. Fórmula de cálculo "b":

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

6.2 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

18-04-1964

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

6.2.1 - Caso o CONTRATADO não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

6.2.2 - Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E PRAZOS**

7.1 - O prazo para execução total do objeto do presente Edital será de **210 (duzentos e dez) dias**, de acordo com o cronograma físico-financeiro, a contar da Ordem de Serviço expedida pelo Prefeito Municipal de Itarana/ES.

7.1.1 - O prazo para início das obras será de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço expedida pelo CONTRATANTE.

7.2 - O prazo de execução do objeto admite a prorrogação, a critério do Município de Itarana, devendo ser justificado por escrito e previamente autorizado, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

a) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

b) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

7.3 - As Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços. Deverá ser assegurada a publicidade das Ordens de Paralisação e de Reinício, por meio do Diário Oficial ou outro meio que permita a acessibilidade pública das informações.

7.4 - A Execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao conjunto de projetos, Projeto Executivo e Projeto Básico, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e demais anexos constantes na tomada de preços em epígrafe, não podendo ser inserida qualquer modificação sem consentimento por escrito da fiscalização do município de Itarana/ES.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**8.1 - COMPETIRÁ AO CONTRATANTE:**

8.1.1 - fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários ao fornecimento de materiais e esclarecimentos relativos à execução da obra;

8.1.2 - efetuar o pagamento devido à Contratada, na forma estabelecida na Cláusula Quarta desta Minuta de Contrato;

8.1.3 - providenciar as inspeções da execução da obra, com vistas ao cumprimento dos prazos de entrega, quantidades e qualidade dos materiais utilizados na execução da obra;

8.1.4 - atestar e receber a obra realizada de acordo com as condições estipuladas.

8.1.5 - O representante da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, anotará em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis;

8.1.6 - Exigir a substituição de empregados da **CONTRATADA**, no interesse do cumprimento do Contrato, cabendo o ônus à **CONTRATADA**.

18-04-1964

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

8.1.7 - Comunicar à Contratada, por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre assuntos relacionados a este Contrato;

8.1.8 - Designar um representante autorizado para acompanhar o andamento dos serviços, fiscalizar e dirimir as possíveis dúvidas existentes.

8.1.9 - Proceder à verificação da prestação de serviços pela Contratada, emitindo de comum acordo com a mesma o respectivo boletim de medição;

**8.2 - COMPETIRÁ À CONTRATADA:**

8.2.1 - É de responsabilidade da contratada selecionar e contratar (caso necessário) pessoal devidamente habilitado para executar os serviços contratados, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistências securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, única empregadora;

8.2.2 - Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.3 - Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados decorrentes da execução da obra;

8.2.4 - Manter no local da realização da obra o responsável técnico, ou fazer-se representar no local por engenheiro/Arquiteto habilitado junto ao CREA e/ou CAU para dar execução ao Contrato;

8.2.5 - Reparar, corrigir, reconstruir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da obra e/ou do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.6 - Propor a PMI alternativas técnicas para a solução de problemas que venham ocorrer no transcurso dos serviços, tendo em conta os aspectos econômicos envolvidos;

8.2.7 - Destinar equipes e pessoal suficiente para desenvolvimento dos serviços;

8.2.8 - A contratada será responsável pela realização de todos os serviços relacionados neste projeto básico, bem como no conjunto de projetos, levantamentos quantificados, planilha orçamentária e memoriais, além de fornecer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços;

8.2.9 - Entregar os serviços no prazo previsto;

8.2.10 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contração do objeto da presente licitação, até os limites da Lei de licitações e contratos, Lei Federal nº 8666/93;

8.2.11 - Apresentar toda a documentação necessária para a quitação dos serviços executados.

8.2.12 - A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objetivo do Contrato ou restringir a regularização e o uso da obra.

8.2.13 - Permitir e facilitar à fiscalização ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

8.2.14 - Aplicam-se à execução da obra a ser contratada as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

8.2.15 - Providenciar instalação no local do canteiro de obras, sendo de fácil visualização, placas indicativas, custeadas as suas expensas, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e cumprimento da legislação.

8.2.16 - Não ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente os serviços objeto deste Contrato, sem prévia autorização, por escrito da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, ressalvando-se que quando concedida a subcontratação, obriga-se a firma Contratada a deliberar o respectivo Contrato, com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Itarana e sob a sua inteira responsabilidade, reservando ainda a Prefeitura Municipal de Itarana o direito de a qualquer tempo, dar por terminado o subcontrato, sem que caiba à subcontratada, o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie.

8.2.17 - Deverá registrar a obra junto ao INSS.

8.2.18 - Manter em local de fácil acesso a CONTRATANTE o DIÁRIO DE OBRA informando todas as ocorrências realizadas no canteiro de obra;

8.2.19 - Fornecer a todos os funcionários Equipamento de Proteção Individual-EPI, sendo que os mesmo devem ser utilizados no canteiro de obra;

8.2.20 - Repassar imediatamente a fiscalização, eventuais dúvidas advindas da execução da obra.

8.2.21 - Em hipótese alguma, a contratada poderá realizar modificações nos serviços contratados sem o consentimento expresso da fiscalização.

8.2.22 - Responsabilizar-se pela solidez e segurança dos trabalhos realizados, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir do recebimento definitivo da obra, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

8.2.23 - Visando ao regular cumprimento do contrato com a Administração Pública, o CONTRATADO, nos termos do Convênio 096/2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos do art. 36 da Lei 7.210/1984.

8.2.23.1 - Para tanto, deverá o CONTRATADO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, formular pedido por escrito ao CONTRATANTE, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados.

8.2.23.2 - No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do requerimento formulado pelo CONTRATADO, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, o CONTRATANTE se obriga a apresentar a relação dos trabalhadores aptos à contratação.

8.2.23.3 - Visando ao cumprimento da obrigação acima mencionada, o CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados do requerimento formulado pelo CONTRATADO, solicitará à SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS – a relação dos trabalhadores aptos à contratação, considerando a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, devendo a SEJUS fornecer por escrito a relação solicitada, assim como as respectivas contas para os depósitos dos salários dos trabalhadores, no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, contados da solicitação, nos termos do art. 37 da Lei 7.210/1984.

8.2.23.4 - O atraso na formalização da contratação da mão-de-obra mencionada, por culpa exclusiva do CONTRATANTE ou da SEJUS, não ensejará qualquer gravame ou penalidade ou CONTRATADO. O não cumprimento dessa obrigação, por parte do CONTRATADO, importará em rescisão do contrato firmado com a Administração Pública, sem prejuízo das demais consequências previstas na Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA NONA - DO MEIO AMBIENTE**

9.1 - Independentemente da obra ou serviço objeto do presente Contrato possuir ou não Licença Ambiental em nome do Município de Itarana/ES, a CONTRATADA deverá obter, antes do início das obras, sem ônus para o Município de Itarana/ES, todas as licenças ou autorizações ambientais que sejam de sua responsabilidade e necessárias para a operacionalização dos serviços e atividades que irá desenvolver, e para as áreas de apoio que irá utilizar para execução do objeto contratado, tais como: licença para instalação de canteiro de obra, outorga para o uso de recursos hídricos, autorização para supressão florestal em áreas de apoio, licença para instalação de equipamentos para beneficiamento de materiais, como por exemplo, britador, usina de asfalto ou de concreto e autorização para armazenamento de material betuminoso e combustível;

9.2 - A CONTRATADA deverá utilizar materiais terrosos e pedregosos somente de áreas de empréstimo ou jazidas devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes, quando couber. Caso haja necessidade de utilizar áreas que ainda não possuem licença a CONTRATADA deverá informar ao Município de Itarana/ES, com antecedência, para que sejam tomadas as providências cabíveis;

9.3 - A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado as exigências de limpeza, higiene e segurança.

9.4 - A CONTRATADA fica responsável, inclusive por atos de seus empregados, pela preservação da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.

9.5 - A CONTRATADA se responsabilizará, sem ônus para o Município de Itarana/ES, pela completa desmobilização de todas as estruturas de apoio que venha a instalar para a execução dos serviços, bem como pela recuperação/reabilitação das áreas utilizadas, e pela adequada gestão dos resíduos (coleta, armazenamento e destinação) por ela gerados na obra;

9.6 - Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a Administração:

a) recuperação ou restauração por impacto ao meio ambiente que, por sua culpa, tenha ocorrido, nos termos definidos pelo órgão fiscalizador;

b) as multas que venham a ser aplicadas pelo órgão fiscalizador, por descumprimento do que disposto neste Contrato.

c) Eventuais multas e qualquer outro custo ou encargo relativo às obrigações previstas nesta Cláusula, se suportados pelo Município de Itarana/ES, serão descontados dos pagamentos devidos a CONTRATADA ou das garantias oferecidas ou, ainda, cobrados judicialmente, servindo para tanto o instrumento como título executivo extrajudicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES**

10.1 - O não cumprimento deste contrato, no "todo" ou em "parte", sujeitará a **CONTRATADA** a todas as penalidades previstas em Lei e no presente instrumento, a saber:

a - advertência;

b - multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega da obra, sobre o valor da fatura;

c - a multa moratória será calculada no momento em que ocorrer o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato, e aplicada também à multa cominatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, após o 30º dia de atraso na entrega da obra;



- d - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início do serviço;
- e) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- g) A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.
- h) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- i) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- j) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- k) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- l) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- m) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- n) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- q) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

t) Outros motivos constantes no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzindo a termo no processo desde que haja conveniência para a Administração Pública.

11.3 - A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A CONTRATADA garantirá com a caução de garantia de execução contratual, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a assinatura deste instrumento Contratual.

12.2 - O valor da Caução de Garantia Contratual será de **2% (dois por cento)** do valor global deste contrato, e poderá ser apresentada nos termos e nas Modalidades descritas no Art. 56 da Lei n.º 8.666/1993.

12.3 - Caberá à **CONTRATADA** manter a validade da garantia durante o período da execução deste instrumento contratual, **acrescido de 30 (trinta) dias**, renovando ou reforçando-a conforme necessário.

12.4 - Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos Serviços, respeitado os limites previstos na Lei 8.666/93, a proponente vencedora deverá proceder ao reforço da caução inicial no mesmo percentual estabelecido no item 12.2.

12.5 - Havendo prorrogação de prazo formalmente admitida pela Administração, deverá a CONTRATADA reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas no Art. 56 da Lei n.º 8.666/1993 e por essa escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração os créditos da CONTRATADA, enquanto não efetivada tal garantia, o valor a ela correspondente.

**12.6 - A garantia de execução do contrato deverá ser apresentada pela CONTRATADA a partir da emissão da ordem de serviço até no máximo quando da liberação do pagamento da primeira medição, sob pena do não recebimento do valor dos serviços realizados e ter este contrato rescindido**

12.7 - A CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 30 (trinta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos deste instrumento contratual, conforme § 4º do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

12.7.1 - A garantia prestada em dinheiro será atualizada monetariamente.

12.8 - Em caso de rescisão deste contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com o Município de Itarana/ES, nos termos da legislação vigente.

12.9 - Não será aceita qualquer outra garantia não prevista no parágrafo 1º do artigo 56 da lei 8.666/96 e suas alterações.

12.10 - A Apólice do Seguro-Garantia deverá ser credenciada e fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e de acordo com a Circular Susep nº 477/2013.

12.11 - A Fiança Bancária deverá ser emitida por instituições credenciadas, regulamentadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução N º 2.325/96-BCB.

18-04-1964

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

12.12 - A caução de garantia de execução do Contrato tem por objetivo oferecer garantia ao CONTRATANTE quanto ao fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações direta ou indiretamente vinculadas ao Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1 - A obra será fiscalizada tanto no andamento quanto na execução pelo engenheiro civil fiscal responsável.

13.2 - O fiscal da obra será responsável por acompanhar os serviços, anuir a qualquer eventualidade a ser solucionada pela contratada, registrar o avanço dos serviços e liberar as medições.

13.3 - Fica indicado o Eng. Civil **Igor Alves Folador Dominicini CREA-ES 043213/D**, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, como representante da Administração responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

13.4 - O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E MEDIÇÕES**

14.1 – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS;

14.1.1 - A execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao conjunto de projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memórias de cálculo, não podendo ser inserida qualquer modificação sem o consentimento por escrito da fiscalização;

14.1.2 - Os projetos e especificações são elementos que se complementam, devendo as eventuais discordâncias ser resolvidas pela fiscalização com a seguinte ordem de prevalência: projetos e especificações;

14.1.3 - Nestas especificações fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares aos especificados, se rigorosamente equivalentes, isto é, desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas;

14.1.4 - De modo algum a atuação da fiscalização eximirá ou atenuará a responsabilidade da contratada. Só à contratada caberá a responsabilidade pela perfeição da obra em todos os seus detalhes. Os serviços e materiais obedecerão sempre às normas e métodos pertinentes da ABNT;

14.1.5 - Os quantitativos da planilha em anexo são indicativos extraídos dos projetos que trarão todas as informações pertinentes e necessárias à perfeita execução dos serviços definidos nos mesmos e especificações técnicas;

14.1.6 - Os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos, de primeira qualidade e obedecer às especificações do memorial, às normas da ABNT no que couber e, na falta destas, ter suas características reconhecidas em certificados ou laudos emitidos por laboratórios tecnológicos idôneos;

14.1.7 - Caberá, também, à empreiteira, a elaboração dos desenhos "as built" sobre todas as áreas e projetos relacionados neste memorial, caso haja algum tipo de modificação.

14.2 – DAS MEDIÇÕES

14.2.1 - As medições dos serviços executados serão realizadas mensalmente e de acordo com o cronograma físico-financeiro, cujo período será do primeiro ao último dia do mês, exceto a primeira e a última medição que dependerá, respectivamente, da data de início e de término da execução da obra;

18-04-1964

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

14.2.2 - No mês subsequente ao de execução dos serviços, a contratada deverá protocolar junto ao protocolo da Prefeitura Municipal de Itarana o pedido de pagamento da medição, apresentando juntamente com o pedido os seguintes documentos:

- a) Planilha de medição da empresa assinada pelo responsável técnico e acompanhada de "as built" (quando necessário);
- b) Matrícula da obra junto ao INSS – CEI (apenas na 1ª medição);
- c) Anotação de Responsabilidade técnica - ART da obra (apenas na 1ª medição ou quando mudar o responsável técnico pela execução da obra).

14.2.3 - Depois de efetuada e atestada a medição pelo fiscal da obra será solicitada a CONTRATADA os seguintes documentos:

- a) Certidões de Regularidades Fiscais (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débito Estadual, Certidão Negativa de Débito Municipal da Sede da licitante e do município de Itarana) e Certidão de Regularidade com o FGTS-CRF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- b) Prova de recolhimento junto ao FGTS, referente ao mês de execução dos serviços;
- c) Prova de recolhimento junto ao INSS (vinculado ao CEI da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- d) folha de pagamento (vinculado ao CEI da obra), referente ao mês de execução dos serviços;
- e) GFIP (vinculada ao CEI da obra) referente ao mês de execução dos serviços;
- f) Declaração de regularidade dos documentos contábeis da empresa assinada pelo contador;
- g) nota fiscal dos serviços executados discriminando os encargos de acordo com a legislação específica, constando ainda o objeto conforme descrito no Termo do Contrato, número do Contrato e a Modalidade de Licitação;
- h) Declaração comprovando que a alíquota utilizada para o desconto na nota fiscal está de acordo com o faturamento da empresa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

15.1 - Os serviços serão **recebidos provisoriamente** em até 15 (quinze) dias após o comunicado por escrito da contratada, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico, bem como noconjunto de projetos, levantamentos quantificados, planilha orçamentária e memorial descritivo.

15.2 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nas Especificações Técnicas e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15.3 - Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

15.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

18 - 04 - 1964

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA**

15.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

16.1 - Caberá ao Município a publicação do extrato deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1 - Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - E por estarem, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Itarana/ES, 05 de NOVEMBRO de 2019.

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES**

Sr. Ademar Schneider  
Prefeito Municipal

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CIDADE ENGENHARIA LTDA**

Sr. João Baptista França Filho

**Testemunhas:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	
						UNITÁRIO	TOTAL
04.01	40891	DER-ES	Remoção de pavimentação poliédrica	m <sup>2</sup>	1.119,02	R\$ 16,28	R\$ 18.217,65
04.02	40754	DER-ES	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m <sup>2</sup>	1.119,02	R\$ 1,12	R\$ 1.253,30
04.03	40885	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp. = 10 cm, sobre colchão areia esp. = 5cm, inclusive fornecimento e transporte dos blocos e areia	m <sup>2</sup>	1.119,02	R\$ 65,00	R\$ 72.736,30
04.04	40757	DER-ES	Estabilização granulométrica de solo s/ mistura 100% P.I.	m <sup>3</sup>	111,90	R\$ 16,92	R\$ 1.893,39
04.05	40780	DER-ES	Sub-base solo brita, 50% em peso, inclusive fornecimento e transporte da brita (XP = 2,75; XR = 26,55) (0,647XP + 0,674XR + 2,698)	m <sup>3</sup>	167,85	R\$ 83,50	R\$ 14.015,73
04.06	40816	DER-ES	Imprimação exclusiva fornecimento e transporte comercial do material betuminoso	m <sup>2</sup>	1.119,02	R\$ 0,77	R\$ 861,65
04.07	60019	DER-ES	LOCAL COM DMT ATÉ 3,0 KM (Caminhão basculante) (Remoção de pavimentação poliédrica)	t	196,07	R\$ 3,98	R\$ 780,06
04.08	40911	DER-ES	0,835XP + 0,923XR + 1,466 (XP = 2,3; XR = 0)				
04.09	42507	DER-ES	Calçada de concreto	m <sup>2</sup>	117,26	R\$ 41,00	R\$ 4.807,66
04.10	40141	DER-ES	Remoção de meio fio em Vias Urbanas	m	485,56	R\$ 20,08	R\$ 9.750,04
04.11	40912	DER-ES	Meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive caiação e transporte do meio-fio	m	485,56	R\$ 35,18	R\$ 17.082,00
04.12			Ladrilho hidráulico (argamassa cimento e areia 1:4), fornecimento e assentamento	m <sup>2</sup>	54,58	R\$ 81,25	R\$ 4.434,63
04.12.01	40968	DER-ES	<b>Material betuminoso p/ imprimação</b>				
04.12.02	40972	DER-ES	CM-30, fornecimento	t	0,45	R\$ 2.995,35	R\$ 1.347,91
04.13			Bonificação de 15,28% sobre Materiais Betuminosos	%	15,28%	R\$ 1.347,91	R\$ 205,96
04.13.01	100849	DER-ES	<b>Transporte Material Betuminoso</b>				
			Transporte de Material Asfáltico (DNIT), inclusive BDI diferenciado (0,434XP + 0,512XR + 46,282); XP = 500; XR = 0; (BETIM X USINA)	t	0,45	R\$ 236,95	R\$ 106,63
			<b>SUB-TOTAL - 04</b>				<b>R\$ 147.492,91</b>
<b>05</b>			<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL - ALAMEDA ANTÔNIO FERREIRA DE JESUS</b>				
05.01	40145	DER-ES	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m <sup>2</sup>	0,22	R\$ 445,77	R\$ 98,07
			<b>SUB-TOTAL - 04</b>				<b>R\$ 98,07</b>
<b>06</b>			<b>PAVIMENTAÇÃO - RUA DOM LUIZ SCORTEGAGNA</b>				
06.01	40891	DER-ES	Remoção de pavimentação poliédrica	m <sup>2</sup>	2.505,30	R\$ 16,28	R\$ 40.786,28
06.02	40754	DER-ES	Regularização e compactação do sub-leito (100% P.I.) H = 0,20 m	m <sup>2</sup>	2.505,30	R\$ 1,12	R\$ 2.805,94
06.03	40885	DER-ES	Pavimentação com blocos de concreto (35 MPa), esp. = 10 cm, sobre colchão areia esp. = 5cm, inclusive fornecimento e transporte dos blocos e areia	m <sup>2</sup>	2.505,30	R\$ 65,00	R\$ 162.844,50
06.04	40757	DER-ES	Estabilização granulométrica de solo s/ mistura 100% P.I.	m <sup>3</sup>	250,53	R\$ 16,92	R\$ 4.238,97
06.05	40780	DER-ES	Sub-base solo brita, 50% em peso, inclusive fornecimento e transporte da brita (XP = 2,75; XR = 26,55) (0,647XP + 0,674XR + 2,698)	m <sup>3</sup>	375,80	R\$ 83,50	R\$ 31.378,82
06.06	40816	DER-ES	Imprimação exclusiva fornecimento e transporte comercial do material betuminoso	m <sup>2</sup>	2.505,30	R\$ 0,77	R\$ 1.929,08
06.07	60019	DER-ES	LOCAL COM DMT ATÉ 3,0 KM (Caminhão basculante) (Remoção de Pavimentação poliédrica)	t	730,98	R\$ 3,98	R\$ 2.909,31
06.08	42507	DER-ES	0,835XP + 0,923XR + 1,466 (XP = 2,5; XR = 0)				
06.09	40141	DER-ES	Remoção de meio fio em Vias Urbanas	m	790,34	R\$ 20,08	R\$ 15.870,03
			Meio-fio pré-moldado em concreto, inclusive caiação e transporte do meio-fio	m	802,94	R\$ 35,18	R\$ 28.247,43



ITEM	CÓDIGO	ORGÃO	DESCRIÇÃO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	
						UNITÁRIO	TOTAL
06.10	40911	DER-ES	Calçada de concreto	m <sup>2</sup>	1.213,62	R\$ 41,00	R\$ 49.758,43
06.11	40912	DER-ES	Ladrilho hidráulico (argamassa cimento e areia 1:4), fornecimento e assentamento	m <sup>2</sup>	159,38	R\$ 81,25	R\$ 12.949,63
06.12	40375	DER-ES	Demolição mecânica de concreto	m <sup>3</sup>	72,81	R\$ 143,70	R\$ 10.462,80
<b>06.13</b>			<b>Material betuminoso p/ imprimação</b>				
06.13.01	40968	DER-ES	CM-30, fornecimento	t	1,00	R\$ 2.995,35	R\$ 2.995,35
06.13.02	40972	DER-ES	Bonificação de 15,28% sobre Materiais Betuminosos	%	15,28%	R\$ 2.995,35	R\$ 457,69
<b>06.14</b>			<b>Transporte Material Betuminoso</b>				
06.14.01	100849	DER-ES	Transporte de Material Asfáltico (DNIT), inclusive BDI diferenciado (0,434XP + 0,512XR + 46,282); XP = 500; XR = 0; (BETIM X USINA)	t	1,00	R\$ 236,95	R\$ 236,95
			SUB-TOTAL - 04				R\$ 367.871,21
<b>07</b>			<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL - RUA DOM LUIZ SCORTEGAGNA</b>				
07.01	40145	DER-ES	Sinalização vertical, inclusive transporte de placa sinalização e madeira	m <sup>2</sup>	0,62	R\$ 445,77	R\$ 276,38
			SUB-TOTAL - 04				R\$ 276,38
			<b>TOTAL GERAL</b>				R\$ 931.289,79

Itarana/ES, 05 de NOVEMBRO de 2019.

**CONTRATANTE:**



**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES**

Sr. Ademar Schneider  
Prefeito Municipal

**CONTRATADA:**



**CIDADE ENGENHARIA LTDA**

Sr. João Baptista França Filho

**Testemunhas:**



\_\_\_\_\_



**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

OBRA: Pavimentação em blocos de concreto intervirado em parte da Rua José Colnago, Rua Dom Luiz Scortegagna e Alameda Antônio Ferreira de Jesus.

LOCAL: Itarana, Espírito Santo.

Itarana, 31 de julho de 2019.

ORÇAMENTISTAS: Eng.º Civil IGOR ALVES FOLADOR DOMINICINI - CREA: ES-043213/D

ITEM	DESCRIÇÃO	VALORES (R\$)										
			1	2	3	4	5	6	7			
01	SERVIÇOS PRELIMINARES	Físico (%)	100,00%									
		Financeiro (R\$)	4.637,16									
02	PAVIMENTAÇÃO - RUA JOSÉ COLNAGO	Físico (%)	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
		Financeiro (R\$)	81.260,17	81.260,17	81.260,17	81.260,17	81.260,17	81.260,17	81.260,17	81.260,17	81.260,17	
03	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL - RUA JOSÉ COLNAGO	Físico (%)						100,00%				
		Financeiro (R\$)						4.613,22				
04	PAVIMENTAÇÃO - ALAMEDA ANTÔNIO FERREIRA DE JESUS	Físico (%)		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
		Financeiro (R\$)		29.498,58	29.498,58	29.498,58	29.498,58	29.498,58	29.498,58	29.498,58	29.498,58	29.498,58
05	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL - ALAMEDA ANTÔNIO FERREIRA DE JESUS	Físico (%)										100,00%
		Financeiro (R\$)										98,07
06	PAVIMENTAÇÃO - RUA DOM LUIZ SCORTEGAGNA	Físico (%)			20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
		Financeiro (R\$)			73.574,24	73.574,24	73.574,24	73.574,24	73.574,24	73.574,24	73.574,24	73.574,24
07	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL - RUA DOM LUIZ SCORTEGAGNA	Físico (%)										100,00%
		Financeiro (R\$)										276,38
Total Parcial (%)			9,22%	11,89%	19,79%	19,79%	19,79%	19,79%	20,29%	20,29%	11,07%	7,94%
Total Acumulado (%)			9,22%	21,12%	40,91%	60,70%	80,99%	80,99%	80,99%	80,99%	92,06%	100,00%
Total Financeiro (R\$)			85.897,33	110.758,75	184.332,99	184.332,99	184.332,99	184.332,99	188.946,21	188.946,21	103.072,82	73.948,69
Total Acumulado (R\$)			85.897,33	196.656,08	380.989,07	565.322,06	754.268,27	754.268,27	754.268,27	754.268,27	857.341,10	931.289,79

Itarana/ES, 05 de NOVEMBRO de 2019.

**CONTRATANTE:**

**MUNICÍPIO DE ITARANA/ES**

Sr. Ademar Schneider

Prefeito Municipal

**CONTRATADA:**

**CIDADE ENGENHARIA LTDA**

Sr. João Baptista França Filho

**CARGO: OPERADOR DE SERVIÇOS SOCIAIS**

CLASS.	Nº INSC.	CANDIDATO
5º	002760	RIVO NEI RAMOS DA SILVA JUNIOR
6º	000573	JULIANA MENEZES GONÇALVES
7º	002013	OLGA DEISE ROCHA MATHIAS
8º	001518	MIRIAM LUCENA SANTOS

**CARGO: BIÓLOGO**

CLASS.	Nº INSC.	CANDIDATO
1º	000778	MICHEL RIBEIRO

**CARGO: MOTORISTA**

CLASS.	Nº INSC.	CANDIDATO
17º	002517	DAVI DOS SANTOS MORAES
18º	002990	ELAN LYRA DA SILVA

**ANEXO II**

Laudos médico Oftalmológico;  
Laudos médico Psiquiátrico;  
Laudos médico Ortopedista;

**Exames bioquímicos:**

- Hemograma Completo
- Colesterol Total
- Colesterol frações
- Triglicérides
- Glicemia
- Uréia
- Creatinina
- Tipo Sangüíneo - ABO
- Urina tipo 1 com sedimento
- Protoparasitológico de fezes
- Radiografia de tórax - PA, com laudo (exceto para gestantes)
- Eletrocardiograma, com laudo

Após toda a documentação providenciada e o Atestado de Saúde Ocupacional emitido pelo médico do trabalho, deverá o candidato, disponibilizar toda a documentação conforme orientação fixada ao Art. 1º deste.

**Protocolo 537566**

**Dores do Rio Preto****AVISO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2019**

O Município de Dores do Rio Preto-ES, TORNA PÚBLICO que estarão abertas, no período de 07/11/2019 ao dia 08/11/2019, de 08:00h às 16:00h, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Firmino Dias,

438, Centro - Dores do Rio Preto/ES, as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, destinado a Contratação temporária de PROFESSOR MaPA, MaPB e MaPP. O edital com as exigências, atribuições dos cargos, remuneração, carga horária, critérios de classificação e demais informações encontram-se afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no site www.pmdrp.es.gov.br  
Informações: Larissa, Cristina ou Elizabeth. Tel. (28) 3559-1506.

Dores do Rio Preto-ES,  
05/11/2019  
**Cleudenir José de Carvalho Neto**  
Prefeito de Municipal  
**Protocolo 537624**

**Guarapari**

Extrato do Contrato de Aquisição Nº 191/2019  
Contratantes: Município de Guarapari/ES e Fundo Municipal de Assistência Social  
Contratada: FGI Comércio e Serviços LTDA ME  
Objeto: O presente contrato tem como objeto aquisição de material permanente (compra de armários) para atender aos diversos programas e projetos da SETAC, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania.  
Valor Total Estimado: R\$ 15.030,00  
Processo Administrativo: 20.109/2018

**Protocolo 537806**

**Ibitirama****RESUMO DOS SERVIÇOS PRESTADOS ORIUNDOS DO CONTRATO Nº 080/2015 REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.**

**EMPRESA:** "Laboratório Kashima Análises Clínicas Ltda".

**Objeto:** Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas Laboratorial para a Secretaria Municipal de Saúde.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** (98) 070003.1030200072.022 - 33903900000.

**VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS:** R\$ 19.996,78 (dezenove mil e novecentos e noventa e seis reais e setenta e oito centavos).

Ibitirama - ES, 05 de novembro de 2019.

**REGINALDO SIMÃO DE SOUZA**

Prefeito Municipal  
**ROZIEL ESTEVÃO OLAVO**  
Secretário Municipal de Saúde

**Protocolo 537485**

**Iconha****COMUNICADO**

"O Município de Iconha" torna público que requereu à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE

ICONHA, através do processo nº 014665/2019, Licença Municipal Simplificada - LMS, para atividade de "Pavimentação de estrada vicinal" na localidade de Monte

Belo, Município de Iconha/ES.  
**Protocolo 537669**

**Irupi****NOTIFICAÇÃO**

O Prefeito de Irupi-ES, no uso de suas atribuições, vem **NOTIFICAR** o Sr. **Wilton Ribeiro da Silva** que, em decisão final do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2019, foi-lhe aplicada a pena de demissão nos termos do Art. 165, II da Lei Municipal nº 520/2007.

Irupi-ES, 05 de novembro de 2019.

**Edmilson Meireles de Oliveira**

Prefeito Municipal

**Protocolo 537798**

**RESUMO DO CONTRATO Nº 096/2019**

**CREDECIAAMENTO DE LEILOEIROS Nº 001/2019. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019.**

**Objeto:** credenciamento de leiloeiros para a prestação de serviços de avaliação de bens móveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Irupi/ES, pelo período de 05 (cinco) anos, em sistema de rodízio realizado entre os leiloeiros credenciados, recebidos a qualquer título, por meio de credenciamento na modalidade Leilão Público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pela Constituição Federal de 1988; Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações; pela Lei nº 8.934/94; pelos Decretos Federais nº 21.981/32 e 1.800/96; pela Instrução Normativa nº 113 de 28 de abril de 2010, expedida pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC); e no que couber pelas demais normas que disciplinam a matéria; bem como pelas especificações estabelecidas no Termo de Referência.

**CONTRATADO:** - **leiloeiro Oficial PIETRANGELO ROSALEM.**

**Vigência:** iniciará no ato de sua assinatura e vigorará até a efetiva prestação de contas referentes do leilão.

Irupi/ES, 30 de outubro de 2019.

**EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

**Protocolo 537593**

**Itarana****RESUMO DO CONTRATO Nº 141/2019**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

**CONTRATADA:** CIDADE ENGENHARIA LTDA

**OBJETO:** Execução das obras de infraestrutura de pavimentação no centro de Itarana, compreendendo a remoção de pavimento poliédrico e posterior pavimentação em blocos de concreto tipo uni-sten, nas Ruas José Colnago, Dom Luiz Scortegagna e Antônio Ferreira de Jesus.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 931.289,79.  
**VIGÊNCIA:** 365 (trezentos sessenta e cinco) dias, com início no primeiro dia útil subsequente ao da publicação do resumo na imprensa oficial.

Itarana, 05 de novembro 2019.

**Ademar Schneider**

Prefeito do Município de Itarana

**Protocolo 537735**

**ERRATA**

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, RETIFICA à matéria publicada no Diário Oficial/ES, no dia 21/08/2019, na página nº 6 e 7 na forma abaixo:

**Onde se lê:** CNPJ nº 08.250.241/0001-09;  
**Leia - se:** CNPJ nº 08.250.241/0007-96.

Itarana, 05 de novembro de 2019

**Ademar Schneider**

Prefeito do Município de Itarana

**Protocolo 537501**

**Linhares****RESUMO DO CONTRATO Nº 351/2019**

**CONTRATANTE:** Município de Linhares-ES.

**CONTRATADO:** TOYOTA DO BRASIL LTDA

**DATA ASSINATURA:** 01/11/2019

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses

**VALOR:** R\$ 344.741,40

**OBJETO:** aquisição de material permanente (viaturas tipo Pícape 4x4 cabine dupla, zero quilômetros), destinado para atender o patrulhamento e fiscalização, realizados pela Guarda Civil Municipal da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, oriundo da Emenda Parlamentar, Conforme Convênio Federal nº 880262/2018.

**RECURSO:** 12  
12.01.06.183.0983.2.071  
4.4.90.52.000000

**MODALIDADE:** Pregão Presencial 54/2019

**PROCESSO:** 017725/2019

**Protocolo 537747**

**RESUMO DO CONTRATO Nº 349/2019**

**CONTRATANTE:** Município de